

Ameaças regionais e extrarregionais e as respostas do Brasil

Marcos Guedes de Oliveira*

RESUMO

O artigo apresenta as ameaças percebidas como regionais e extra-regionais ao Brasil. São três as ameaças principais. Primeira, a cobiça aos abundantes recursos naturais do Brasil por atores estatais e não-estatais de origem extra-regional. Essa ameaça se torna mais real na medida em que o contexto internacional indica um futuro próximo de escassez de recursos naturais. Segunda, a ação do tráfico de ilícitos pela faixa de fronteira e a conexão entre crime organizado internacional e regional e as organizações criminosas internas no sentido de subestimar a democracia e o Estado brasileiro. A terceira é a ameaça ao espaço cibernético brasileiro. Frente a tal percepção, o artigo oferece sugestões para a ampliação da capacidade do Brasil de oferecer respostas a essas ameaças.

Palavras-chave: Segurança; Defesa; Ameaças; Estado.

ABSTRACT

This article presents the main regional and extra-regional threats perceived by Brazil. There are three main threats. Firstly, I highlight the international interest for Brazilian natural resources from extra-regional state and non-state actors. This threat becomes more real as the international context indicates a natural resources shortage as a possible future. Secondly, I pinpoint the drug trafficking in border areas and connections between international and regional organized crime with domestic crime, with possible consequences for Brazilian democracy and state organization. The third is the threat to Brazilian cyberspace. Thus the present article presents suggestions to amplify Brazil's capacity to offer proper responses to these threats.

Keywords: Security; Defense; Threats; State.

* Pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx) e professor titular de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). PhD em *Government* (Ciência Política) pela *University of Essex* e pós-Doutor em Relações Internacionais no *Institut d'Hautes Études de l'Amérique Latine* da Sorbonne.

1. Ameaças e Conflitos Armados

As ameaças a uma nação possuem sempre motivações de ordem econômica, psicológica e cultural e têm sido, historicamente, apontadas como as fontes dos conflitos armados e guerras. A existência de um sistema internacional gerido mais pela força do que por regras internacionalmente estabelecidas, bem como a constante disputa entre Estados e grupos de interesse por influência e hegemonia nesse sistema, é uma condição dada que favorece o surgimento de conflitos a partir dessas ameaças (WALTZ, 2004). Esses conflitos armados surgem a partir de interesses imediatos, como acesso a áreas consideradas estratégicas contendo vias de comunicação ou recursos naturais, ou áreas de interesses de longo prazo, como o domínio de recursos naturais e tecnológicos para uso futuro, bem como a destruição de culturas e Estados cujas percepções e interesses lhe sejam antagônicos.

Os conflitos armados e as guerras fazem parte da dinâmica das sociedades humanas, estando presentes tanto nas sociedades mais primitivas quanto nas consideradas mais civilizadas. Segundo o relatório do Desenvolvimento Humano 2005 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cento e nove milhões de indivíduos pereceram nos conflitos do século XX, representando percentualmente três vezes mais que as mortes em conflitos no século XIX e quase cinco vezes mais que no século XVIII. Esse crescimento percentual se deu em um mundo considerado cada vez mais civilizado, sendo que a grande maioria dessas mortes ocorreu em uma das regiões mais desenvolvidas do planeta, a Europa. Assim, o processo civilizatório não conseguiu ainda por fim aos conflitos armados, e às suas consequências, e qualquer Estado que almeje sua independência deve estar preparado para responder e dissuadir possíveis ameaças.

Os conflitos no pós Guerra Fria têm sido marcados por uma série de características que estabelecem uma nova anatomia da

guerra. Dentre essas, estão: (i) redução das guerras interestatais e (ii) crescimento dos conflitos entre Estados e atores não-estatais, seja na forma de guerra civil seja na forma de organizações terroristas. (iii) A busca incansável da superioridade tecnológica, entendida como um recurso chave que pode garantir a superioridade em um conflito; e (iv) o crescimento de sistemas globais de vigilância e propaganda, em detrimento aos sistemas de análise.

Embora, segundo os indicadores do *Country Reports on Terrorism*, o número de atos terroristas venha diminuindo desde 2015, as organizações assim rotuladas continuam bem organizadas e com suas atividades concentradas em uma faixa de países que inicia no norte da África, passa pelo Oriente Médio e termina nas fronteiras da Índia. Algumas dessas organizações tiveram seu poderio aumentado devido ao apoio recebido das potências dominantes, pela dissolução de estados artificialmente construídos na época imperialista e pelo surgimento de velhas e novas rivalidades nos cenários regionais e global. Em outras partes do mundo, como na América Latina, é o crime organizado e as organizações ligadas ao tráfico de drogas, pessoas e armas que têm gradualmente desempenhado o papel de desafiar o Estado nacional e tentar corrompê-lo, a fim de atender aos seus próprios desígnios.

Essas mudanças ocorreram em meio a um cenário de revolução científica na informática, que produziu novos recursos e sistemas cibernéticos capazes de permitir a construção de meios para a ciberespionagem global e para ataques cibernéticos.

Atores não-governamentais passaram a desempenhar o papel central ao lado dos Estados nas guerras e esses atores não respeitam leis ou regras estabelecidas. O novo cenário internacional precisa, para sua estabilidade, de mais regulação e governabilidade global. Contudo, os objetivos das grandes potências que monopolizam os sistemas avançados de tecnologia e vigilância são de não aceitar regulamentação em áreas onde essas nações possam ampliar o seu

poder. Essa postura também tem subestimado o direito internacional e os combates armados, e guerras em terceiros países têm sido realizadas à margem das regras internacionais e mesmo da legislação interna dos próprios países executores.

Hoje domina um sistema complexo de “guerras” não-declaradas, levadas a cabo por grupos de operações especiais; operações secretas, visando objetivos militares, econômicos e científicos; guerras de propaganda baseadas em novas tecnologias como as mídias sociais e iniciadas tanto por grupos econômicos e políticos, quanto por pequenos grupos de criminosos com os mais variados interesses (MATTIS; HOFFMAN, 2005).

Diante de cenários de conflitos tão diversos, cujos desdobramentos podem ser imprevisíveis, o Brasil tem procurado responder aos desafios colocados pelas velhas e novas ameaças com políticas que fortaleçam a dissuasão, a paz regional, o desenvolvimento nacional e a integração sul-americana. Isso procurando ampliar a presença das forças armadas nas fronteiras, o monitoramento do território nacional e o desenvolvimento de tecnologia de ponta.

2. Ameaças de Estados e Empresas Extrarregionais

2.1. A cobiça dos recursos naturais

A colonização da América Latina se deu em torno da cobiça dos impérios europeus por ouro e outras riquezas naturais e posteriormente pelo desenvolvimento do sistema de produção agrícola colonial. O século XIX foi marcado pela independência política da maioria dos países da região que, contudo, permaneceram pobres, atrasados e dependentes frente às potências europeias. No século XX, a região foi motivo de disputas entre aquelas potências e os Estados Unidos e, posteriormente, na Guerra fria, entre os Estados Unidos e a União Soviética (POPE ATKINS, 1995).

O século XXI sepultou a maioria dos conflitos da Guerra Fria na Europa e na Ásia. O mesmo ocorreu na América Latina, com a reinserção de Cuba no sistema interamericano e o fim das guerrilhas na região andina. É importante afirmar e reafirmar que poucas regiões do mundo têm sido consideradas tão pacíficas quanto a América do Sul nos últimos cem anos. Embora os conflitos armados que ocorreram nesse período tenham sido originários de disputas por fronteiras e de ações de grupos armados políticos e/ou ligados ao tráfico internacional, pode-se afirmar claramente que os países desse continente têm canalizado o processo de resolução de seus conflitos interestatais prioritariamente pelas vias diplomáticas.

Talvez o maior desafio para a região seja o de manter-se independente das disputas entre as superpotências e perseguir os objetivos comuns de desenvolvimento econômico, político e social. Isso tende a ser cada vez mais difícil visto da ótica da teoria da escassez global de recursos naturais apresentada a seguir.

Para Mildner (2011), conflitos relacionados a problemas de escassez normalmente se referem a recursos naturais não-renováveis, que são passíveis de esgotamento por diversas razões. Além disso, a escassez pode ser absoluta ou relativa: no caso da primeira, a sobrevivência e a permanência de grupos humanos em certas localidades estão em risco, enquanto no caso da segunda, há a possibilidade de se aumentar o peso da participação econômica de outras reservas ou outras atividades econômicas para compensá-la ou mesmo para, via tecnologia, se fomentar sua disponibilidade e uso.

Quanto maior for a dependência e a escassez, pior se configura o quadro de problemas relacionados a elas e quanto maior for a percepção da importância do uso de recursos escassos para a manutenção dos Estados, mais inclinados estarão eles para cobiçarem os recursos naturais de outras nações.

Figura 1 – Recursos Minerais no Brasil (IBGE)



Fonte: https://7a12.ibge.gov.br/images/7a12/mapas/Brasil/recursos_minerais.pdf (acesso em 4 dez 17)

Se olharmos o caso do Brasil, essa situação é ainda mais marcante. Desde o final da Segunda Guerra, o país não se envolve diretamente em guerras interestatais e tem canalizado sua ação de política externa na direção da diplomacia e do uso das organizações internacionais como instrumento legítimo para resolução de conflitos. Em sua Estratégia Nacional de Defesa (END), o país declara que não tem inimigos. Por essa razão, as forças armadas se organizam em termos de capacidades, não focando em ameaças específicas, e sua primeira função é a dissuasão. Contudo, nem o Brasil, nem país algum no mundo, deve se considerar totalmente livre de interesses que possam romper os limites da ação diplomática e exigir a presença militar, seja se engajando em conflitos armados, seja em operações de monitoramento ou de defesa cibernética.

Considerando que o Brasil possui 12% das reservas de água doce do mundo; é autossuficiente em energia renovável e não renovável, é o maior produtor agrícola do planeta, possui recursos naturais e biodiversidade inexplorados e reservas abundantes de minerais de grande valor como urânio, nióbio e de petróleo em seu território, é compreensível que o país entenda esses recursos como capital para o seu desenvolvimento, tenha no Ministério de Minas e Energia o órgão responsável para fazer políticas públicas para a área e que veja a cobiça aos recursos naturais do Brasil como uma ameaça. Assim, a Estratégia Nacional de Defesa coloca o desenvolvimento e a independência como parte fundamental da defesa:

“Forte é o projeto de desenvolvimento que, sejam quais forem suas demais orientações, se guie pelos seguintes princípios:

- (a) Independência nacional efetivada pela mobilização de recursos físicos, econômicos e humanos, para o investimento no potencial produtivo do País. Aproveitar os investimentos estrangeiros, sem deles depender.
- (b) Independência nacional alcançada pela capacitação tecnológica autônoma, inclusive nos estratégicos setores espacial, cibernético e nuclear. Não é independente quem não tem o domínio das tecnologias sensíveis, tanto para a defesa, como para o desenvolvimento; e

(c) Independência nacional assegurada pela democratização de oportunidades educativas e econômicas e pelas oportunidades para ampliar a participação popular nos processos decisórios da vida política e econômica do País.”

Entendendo que questões como (i) a dificuldade de implementar políticas de desenvolvimento, preservação e sustentáveis em um país de tamanho continental; (ii) de combater o contrabando, a biopirataria e a destruição da floresta e seus recursos; (iii) a internacionalização da Amazônia, significam uma ameaça ao controle nacional sobre seus recursos naturais, o Brasil desenhou uma complexa política de vivificação das fronteiras e desenvolvimento das capacidades de monitoramento e defesa para ampliar sua soberania na região, como veremos mais à frente.

2.2. Defesa do Espaço Virtual Brasileiro

O surgimento do espaço virtual ocorreu a partir do processo vertiginoso de informatização, digitalização dos saberes e robotização na sociedade moderna nos últimos 25 anos, assim como os novos recursos de comunicação, incluindo as redes sociais e a internet. A vida da grande maioria dos indivíduos do Planeta, principalmente as novas gerações, estão todos dependentes e interagindo através dos conteúdos armazenados nesse espaço.

Informações valiosas que 40 anos atrás estariam em papel, dentro de cofre na parede da sala do chefe de uma empresa ou do serviço secreto, estão hoje em um banco de dados virtual que, com a senha correta, podem ser acessados de qualquer local do planeta. O controle desses novos recursos permitiu que os países mais desenvolvidos ampliassem o seu sistema de vigilância para dentro desse novo e promissor domínio. Permitiu, ainda, a manipulação dos recursos abrigados nesse espaço para influenciar decisões tomadas em outros países. Essa é a lógica da guerra cibernética e da guerra híbrida. Elas possuem características novas e estão cada vez mais

integradas ao perfil das operações das grandes potências militares modernas. Em vista da importância do mundo virtual na sociedade brasileira e dos interesses externos no país, tanto a guerra cibernética quanto a guerra híbrida devem ser consideradas como possíveis e potenciais ameaças.

Esse modelo de guerra possui três raízes fundamentais que combinam ações virtuais, ações de meta-propaganda e operações especiais. O primeiro tipo diz respeito a *ações ofensivas*, destinadas a derrubar redes de energia, sequestrar dados ou paralisar sistemas sensíveis e fundamentais para o bom andamento da sociedade moderna. O segundo tipo trata de *operações psicológicas*, com o uso das mídias e redes sociais para influenciar a percepção da opinião pública. O terceiro tipo envolve o uso de *tropas especializadas e/ou mercenárias*.

Hipoteticamente falando, um país como o Brasil pode ser não apenas alvo da guerra cibernética, mas ainda de ataques cibernéticos, partindo de organismos governamentais e não-governamentais com o objetivo de espionar, sequestrar recursos, bens e criar dificuldades de ordem econômica que debilitem a ação dos órgãos de Estado e o desempenho das políticas públicas. Em 2016, o Brasil foi o quarto país do mundo com o maior número de casos de ataques cibernéticos. É de se esperar, portanto, que nações e organizações que busquem obter informações privilegiadas do setor público e privado nacional utilizem esse recurso cada vez mais.

Na verdade, os recentes escândalos de espionagem envolvendo os EUA, particularmente os denunciados pelo *site Wikileaks* e por Edward Snowden, indicam que há mais de 15 anos aquele país desenvolve e aplica o monitoramento global de indivíduos, organizações e governos para proveito próprio e de suas empresas. A revelação da espionagem de líderes mundiais, como da primeira-ministra da Alemanha e da presidente do Brasil; a publicação dos chamados *Panamá Papers*; as denúncias dos interesses econômicos em espionar para avaliar e se apropriar de recursos naturais sul-americanos são parte das atividades recentes

relacionadas com a chamada guerra cibernética.

Sabe-se, ainda, que os sistemas de infraestrutura crítica no Brasil são de grande relevância para o funcionamento do país. Neste sentido, devemos nos preocupar com a vulnerabilidade desses sistemas e recursos para evitar sua contaminação pelas ameaças cibernéticas, tais como *worms*, vírus, *malwares*. Exemplos recentes como os ataques cibernéticos ocorridos em 12 de maio de 2017 (no qual um *ransomware*, caracterizado como sendo um vírus que bloqueia dados permitindo assim a cobrança de resgate e a chantagem para desbloquear ou devolver arquivos capturados), que assolou mais de 100 países, demonstram a dimensão global dos crimes cibernéticos .

Na guerra híbrida, os recursos de guerra cibernética e eletrônica são dirigidos para a segunda raiz desse tipo de guerra, *ie.*, a atuação nos meios de comunicação e nas redes sociais . Nesse contexto, os ciberataques podem ser direcionados para manipulação tanto da opinião pública quanto do resultado de eleições diretas que utilizam urnas eletrônicas, por exemplo. Além disso, representantes do alto escalão do governo podem receber e-mails corrompidos que, ao serem abertos, permitem aos *hackers* obter acesso a informações privadas sobre autoridades públicas. Por meio do uso de senhas de administrador remoto, *hackers* são capazes de desativar o *firewall* de defesa dos sistemas de infraestrutura crítica e monitorar ilegalmente a rede por um longo período de tempo.

Essas ações quando conectadas com uma terceira raiz, ou seja, as atividades de tropas especiais e secretas, bem como de milícias mercenárias ou formadas por grupos internos e que desejam a tomada do poder pela força, facilitam enormemente a realização de objetivos políticos e militares que no passado exigiam longo esforço e preparação e o uso maciço de tropas e recursos. As guerras na Ucrânia e na Síria têm sido apresentadas como dois casos desse tipo de conflito.

Se a guerra cibernética e híbrida se tornar a forma dominante dos conflitos em

nossos dias, então as forças armadas de todo o mundo precisam enfrentar mudanças profundas em seu pensamento e organização para estarem preparadas para realizar sua missão de defesa nacional.

Com a criação do Comando de Defesa Cibernético, o Brasil se prepara para impedir o uso desse meio contra os interesses da defesa nacional e mostra flexibilidade em se adaptar a novos desafios de defesa. A adaptação a novas demandas dos conflitos modernos é uma capacidade chave para a existência das Forças Armadas. De outra forma, elas poderão ficar obsoletas e despreparadas para agirem frente a disputas por poder e influência entre as superpotências.

3. Ameaças provenientes de atores não-estatais e regionais ligados a ilícitos

Desde os anos de 1980, a questão do narcotráfico se tornou central nas preocupações de segurança das Américas. Já naquela época, o mercado norte-americano, principal, fonte de estímulo à produção de cocaína, gastava cerca de 110 bilhões de dólares com drogas ilegais por ano (POPE ATKINS, 1995; BAGLEY, 2012). Nos anos seguintes, a Europa passou a ser um mercado consumidor da cocaína produzida na América Latina e, recentemente, a própria América Latina se transformou em um importante mercado liderado pelo Brasil, que se tornou um dos maiores consumidores mundiais.

Nas últimas décadas, a Amazônia brasileira, os portos e os aeroportos nacionais se tornaram rotas da droga, tendo as grandes cidades como principais centros de consumo. Com uma fronteira quase seis vezes maior que a divisa dos EUA com o México, o Brasil se tornou um espaço central das conexões entre a produção de drogas e o mercado consumidor mundial. Isso em parte pelas dificuldades do país exercer vigilância e controle aéreo nessa região.

Procurando se beneficiar dessa fragilidade, surgiram e se consolidaram várias organizações criminosas nacionais e regionais dedicadas não apenas ao tráfico de drogas,

mas também de pessoas, armas, animais e recursos naturais.

As iniciativas para conter e destruir essas organizações fracassaram ou tiveram um resultado limitado. Um exemplo disso foi a política norte-americana de combate ao narcotráfico dos anos de 1980. Nesse período fracassaram os acordos dos EUA com o Peru e a Bolívia para a substituir as plantações de coca por outros produtos legais e rentáveis. Infelizmente nada parecia ser mais rentável do que produzir coca. Os Estados Unidos tiveram que impor sanções a Bolívia, por entenderem que esse país não cumpria seus compromissos no acordo. Novamente, sanções foram impostas, dessa vez ao Panamá, ao se revelar que o ditador Gal. Manuel Noriega, que cooperava com os EUA e a CIA, fazia, ao mesmo tempo, parte de um largo esquema de narcotráfico e lavagem de dinheiro. Esse fato causou muito constrangimento ao governo norte-americano. Posteriormente os Estados Unidos militarizaram o combate às drogas, o que também redundou em enorme fracasso (NOBRE, 2013).

Os conflitos na América do Sul entre tropas governamentais e organizações guerrilheiras declinaram nos anos de 1990, com o fim da Guerra Fria. Por outro lado, os conflitos com o crime organizado é hoje, sem dúvida, a fonte de ameaça principal para o uso direto das Forças Armadas e de segurança. Esse desafio se coloca ao Brasil a partir da região da Amazônia, que conecta a produção de drogas da região andina com o resto do Brasil e de onde se origina também o contrabando de recursos naturais e biopirataria.

Com a gradual inserção de Cuba no sistema interamericano de nações, houve um acentuado declínio do apoio a ação de grupos guerrilheiros na região. Os movimentos apoiados pela China – como o Sendero Luminosos no Peru e o Exército de Libertação Popular na Colômbia – praticamente desapareceram. Assim, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, FARC, juntamente com outras organizações menores, envolveram-se, a partir de 1984, em uma longa negociação com o governo visando a reconciliação nacional. O fim da Guerra Fria

gradualmente deixou a maioria dessas organizações sem apoio financeiro e as levou a buscar recursos para sua manutenção no tráfico de cocaína, e outras drogas, bem como no sequestro de indivíduos e extorsão de empresas.

Em 2012, o presidente colombiano Juan Manuel Santos, com apoio dos governos da Venezuela, Cuba, Chile e Noruega, deu início a negociações para o estabelecimento de um acordo que levou ao cessar fogo, em junho de 2016, e a entrega das armas da guerrilha aos representantes das Nações Unidas, em julho de 2017. Embora a questão da reintegração dos ex-membros das FARC na sociedade colombiana seja um problema ainda a ser totalmente enfrentado, o contrabando de armas e drogas, bem como o terrorismo e as organizações do crime organizado na região, podemos afirmar que o ciclo dos conflitos originários em movimentos de guerrilha dos anos de 1960 chegou ao seu fim.

Hoje as disputas entre as nações sul-americanas tendem a ser cada vez mais dirigidas para os canais diplomáticos e os pequenos conflitos armados limitados ao combate as organizações ligadas ao tráfico de ilícitos. Essa tendência se consolida em face do crescimento da cooperação regional e da percepção de que as vantagens da cooperação e da integração regional beneficiam todos os países da América do Sul, inclusive na área de defesa.

Nos últimos anos, a preocupação de um conflito armado envolvendo estados sul-americanos se concentrou na rivalidade entre Colômbia e Venezuela. Além de disputarem a área do golfo da Venezuela, os dois países vivem instabilidade interna, a Colômbia enfrentando as consequências do processo de paz com a guerrilha e a Venezuela os conflitos do período Chavista.

Por razões diversas, o processo de militarização nos dois países os dotou de um efetivo militar semelhantes ao do Brasil, com gastos relativamente superiores¹.

¹ Segundo o *Atlas Comparativo de la Defensa en América Latina y Caribe*, de 2016, a Colômbia gastou

Mesmo com as tensões atuais, as expectativas são de uma evolução positiva no processo de paz na Colômbia e de uma saída negociada da crise política na Venezuela. O Brasil, como o maior e principal país da região, deve estar sempre disposto a oferecer todos os seus recursos diplomáticos no sentido de manter a América do Sul como uma das áreas mais pacíficas do planeta.

3.1. A resposta brasileira às ameaças na Amazônia

A percepção por parte do Brasil de que as principais ameaças à sua integridade estariam nas possíveis ambições de nações, empresas internacionais e organizações criminosas em subestimar a soberania nacional e se apropriarem dos recursos naturais brasileiros, principalmente na pouco povoada Amazônia, fez com que os agentes do Estado desenhassem um projeto para definitivamente incorporar aquela região ao país (MARQUEZ, 2007).

Ainda sob forte impacto da crise econômica dos anos de 1980 e com a convicção da necessidade de ampliar o controle e a vigilância da região Amazônica, o Brasil criou o Programa Calha Norte (PCN) em 1985. Sob a coordenação do Ministério da Defesa e com a participação das Forças Armadas, o PCN tinha como objetivo promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia Setentrional. O desafio estratégico do PCN era de mudar a mentalidade político-administrativa do país ao definir as regiões de fronteiras não como áreas longínquas e isoladas e com limitada presença das instituições do Estado brasileiro, mas como áreas prioritárias para o desenvolvimento do país, como áreas de contato direto com os países vizinhos e onde o tráfico de ilícitos procura atuar se beneficiando das vulnerabilidades ali existentes. As ações do PCN abrangeram 194 municípios em seis estados – Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e

Roraima - e se desenvolveram em conjunto com estados e municípios.

O PCN, bem como o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) celebrado nos anos de 1970 e assinado pelo Brasil e os outros países que compõem a região amazônica, significou um passo inicial para o Brasil ampliar sua capacidade de controle sobre a Amazônia brasileira e, de certa forma, conter os riscos de regionalização da guerra civil colombiana.

O Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) foi outra iniciativa concebida nos anos de 1980. Criado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), em conjunto com os Ministérios da Justiça e Aeronáutica, visava a dar ao Brasil capacidade para o monitoramento da região Amazônica e de seu espaço aéreo. O SIVAM é um sistema de radares que, conectados com as bases de apoio do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), forma uma rede de coleta, processamento e integração de informações da área de comunicações, monitoramento ambiental, meteorológico e de vigilância coordenada a partir do seu Centro de Coordenação Geral, sediado em Brasília.

As informações coletadas nessa rede permitem o controle e conhecimento da região pelo Governo Federal e facilitam não apenas a defesa nacional, mas, também, fornecem os elementos para a elaboração da próxima geração de políticas públicas para a Amazônia. Entre os resultados práticos das capacidades oferecidas pelo SIVAM/SIPAM estão: o recebimento pela FUNAI de informações sobre atividades ilegais em terra

naquele ano 1,94% em defesa; o Brasil gastou 1,3% e a Venezuela 4,61%.

indígenas, o recebimento de informações meteorológicas para estudos sobre a floresta tropical pelos cientistas e o uso de seus recursos de comunicação pelos batalhões especiais de fronteiras do Exército para atividades de patrulhamento.

Com a implantação do SIVAM, juntamente com o Sistema de Proteção da Amazônia e outras iniciativas como o PCN, o Brasil procura ampliar sua capacidade de controle da região Amazônica e de desenvolver ações de monitoramento e proteção do espaço aéreo e do meio ambiente. Na perspectiva de desenvolvimento nacional, estabelecida na END e citada nesse artigo, faltava ainda um componente fundamental: o controle de tecnologia dos radares e satélites. Os equipamentos mais sofisticados do SIVAM foram licitados entre a empresa norte-americana *Raytheon* e o grupo francês *Thomson*. O desenvolvimento no Brasil dessas tecnologias sensíveis era fundamental caso o país desejasse evoluir para uma nova geração de sistemas de monitoramento mais precisos e sofisticados.

Os esforços para a execução e consolidação dos projetos de defesa e vigilância da Amazônia irão colocar o Brasil em um novo patamar em termos de poder internacional ao demonstrar capacidade no monitoramento de uma região continental, criando condições para o desenvolvimento do atual Sistema Brasileiro de Vigilância (SISBRAV), composto pelo Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras (SISFRON), pelo Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SISGAZ) e pelo Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB).

Em fase de implantação, esses sistemas dotarão o país de uma capacidade de monitoramento que cobre as fronteiras, o espaço aéreo nacional e o Atlântico sul.

Na perspectiva de desenvolver as capacidades de ação conjunta das agências governamentais, foi criado o Plano Estratégico de Fronteira, em 2011. Ele contempla a participação de vários ministérios, órgãos governamentais federais e estaduais, ao lado do Ministério da Defesa em ações periódicas e conjuntas para reduzir a

incidência de crimes transfronteiriços e ambientais e ampliar a presença das organizações públicas na faixa de fronteira. O seu principal instrumento tem sido as várias operações conjuntas executadas anualmente, desde 2009, sendo a operação *Ágata*, realizada desde 2011, a mais conhecida entre elas.

O Programa de Proteção Integrada da Fronteira, criado com o decreto n. 8.903, de 16 de novembro de 2016, reforça o aprendizado ganho dentro do contexto de ações conjuntas entre organizações governamentais e com a participação da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, bem como das polícias estaduais e com apoio de inteligência. O Programa contempla, ainda, o desenvolvimento de ações conjuntas com países vizinhos, no sentido de estabelecer a cooperação regional entre agências governamentais como o meio mais eficiente ao combate das organizações criminosas, atuando pelas fronteiras.

A continuação da atual política de fronteiras e da implantação do SISBRAV garantirá ao Brasil instrumento fundamental para sua defesa nas fronteiras, por terra e por ar. Com o desenvolvimento da cooperação conjunta entre o Brasil e seus vizinhos, a segurança nas fronteiras passará cada vez mais de ser vista como algo que une vizinhos em torno de soluções comuns para problemas comuns.

4. Resposta Brasileira na Amazônia Azul

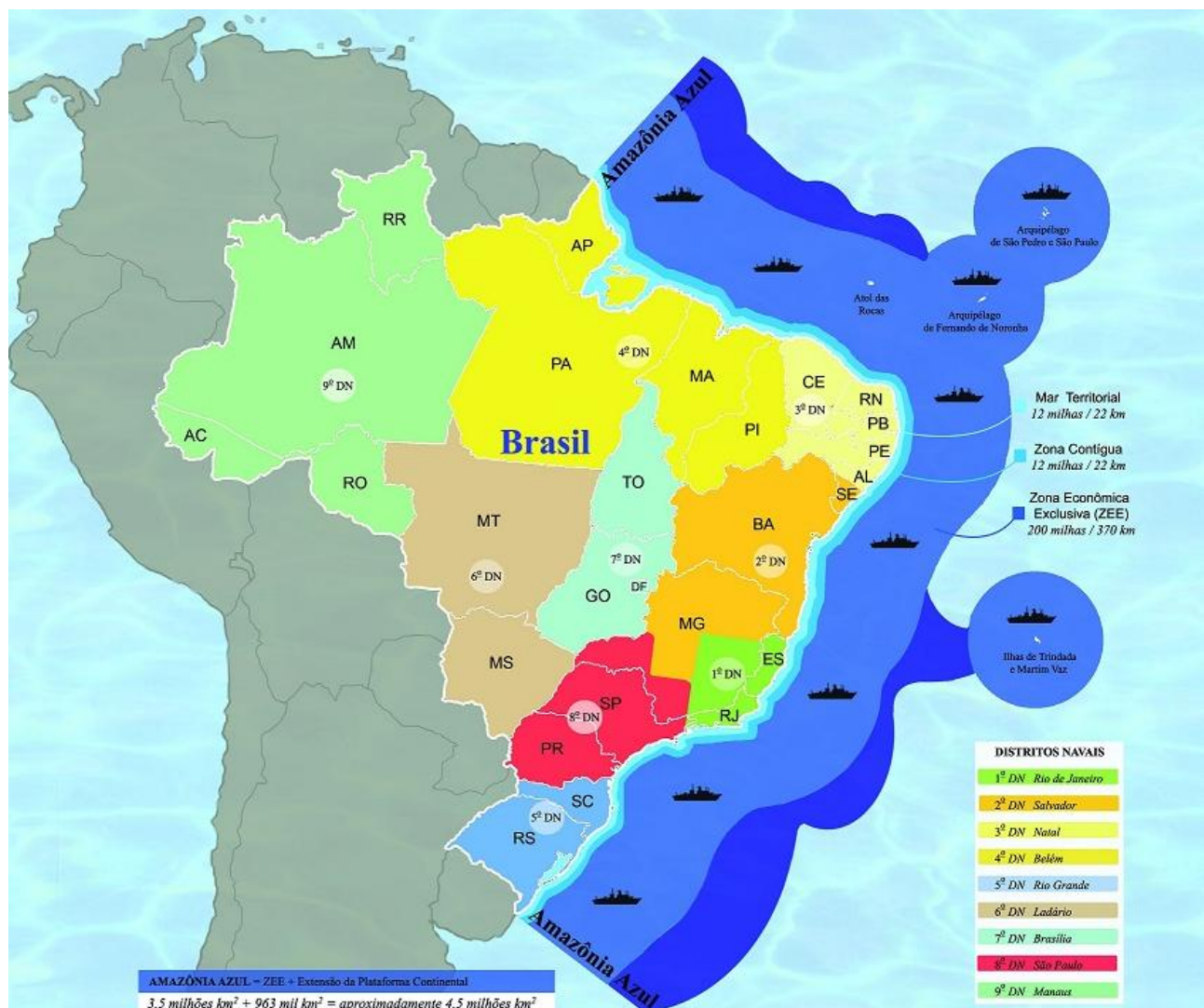
Embora desde a década de 1960 se soubesse da existência de petróleo no litoral brasileiro, foi apenas nos anos de 1980 que a Petrobrás passou a desenvolver tecnologia para exploração de petróleo em grandes profundidades. Com a disponibilização das tecnologias capazes de prospectar recursos naturais no oceano profundo e as descobertas de vastas reservas de petróleo e gás na plataforma marítima brasileira, a possibilidade de o país deixar de ser dependente de importação de petróleo e

passar a ser, no futuro, um país autossuficiente e exportador, tornou-se real.

Os setores governamentais ligados à defesa entenderam ser essa a oportunidade para desenvolver uma política de defesa do mar brasileiro e de seu entorno estratégico mais ousada. Levando em conta o fato de que a maioria das potências mundiais não dispõe de abundantes recursos energéticos próprios, a Marinha Brasileira desenhou uma narrativa de nossos interesses marítimos a partir da ideia da Amazônia Azul. Essa seria uma região onde o país projetaria sua soberania com o objetivo de proteger o meio ambiente e os recursos marítimos, bem como garantir sua exploração a partir dos interesses nacionais.

As preocupações do Brasil com seu mar territorial são antigas, mas os desdobramentos recentes estão relacionados com os resultados da Terceira Conferência da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em 1982. Ali foram definidos os limites de Mar Territorial, até 12 milhas náuticas, Zona Contígua ao mar territorial, 24 milhas náuticas, de Zona Econômica Exclusiva, 200 milhas náuticas, e, finalmente, os limites da Plataforma Continental que inclui o subsolo marinho e pode se estender até 350 milhas náuticas. A ilustração a seguir mostra como se delinea o projeto de Amazônia Azul.

Figura 2 – Distribuição Geográfica da Amazônia Azul e dos Distritos Navais brasileiros (Adaptada de <https://www.marinha.mil.br/content/amazonia-azul-1>, acesso em 20 nov 17).



Assim como os projetos de monitoramento e vigilância na Amazônia foram conectados com projetos em pesquisa e tecnologia, a Marinha também estabeleceu suas metas tecnológicas ao redor do desenvolvimento de *know-how* para a construção do submarino nuclear brasileiro. A implantação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SISGAAz) para o monitoramento dos recursos marinhos e hidrovias, quando integrado ao SIVAM e SIPAM, irá concluir uma rede de monitoramento e controle que cobrirá todo espaço brasileiro e possibilitará não apenas ações de defesa, mas fornecerá informações de valor incalculável sobre o território brasileiro e seu entorno e tornará possível a elaboração de políticas públicas que atendam de maneira pontual as necessidades do desenvolvimento das regiões do país bem como de suas áreas marítimas .

5. Algumas sugestões para a ampliação da capacidade do Brasil de responder a essas ameaças

A associação estabelecida na END entre defesa, desenvolvimento tecnológico, econômico e social é um princípio estratégico fundamental para fortalecer o país, projetá-lo no contexto internacional e dissuadir

potenciais ameaças ao Estado brasileiro. Nesse quadro, a implantação do SIVAM/SIPAM e, posteriormente, do SISBRAV, é uma demonstração da capacidade do Estado brasileiro de responder aos desafios colocados no sentido de monitorar, conhecer e defender o território nacional, integrando suas preocupações de defesa aos objetivos do desenvolvimento.

Entre os desafios que ainda estão posto, podemos citar: (a) implantar e consolidar o SISBRAV; (b) ampliar o papel do desenvolvimento tecnológico nacional e da independência na área tecnológica de defesa; (c) ampliar o compartilhamento das informações obtidas com os sistemas de vigilância com outros organismos governamentais e fomentar o tratamento analítico dessas informações no sentido de que elas possam ajudar o Estado e governo no planejamento e execução de políticas públicas necessárias para o fortalecimento do país, de sua segurança, democracia e defesa; (d) fortalecer a cooperação regional e internacional na área de defesa com o objetivo de reforçar nossas capacidades e reforçar as ações internacionais do país; e (e) adaptar, em termos de qualificação humana e estrutura organizacional, as instituições de defesa de forma que produzam uma maior eficácia dos recursos, das ações e do poder dissuasivo nacional, frente às novas potenciais ameaças, como a defesa cibernética.

Referências

ALSINA JR., J. P. S. (2003) A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso in *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 46, n. 2, p. 53-86.

_____ (2009) O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea in *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 52, n.2, p. 173-191.

BAGLEY, Bruce, (2012) “Drug Trafficking and Organized Crime in the Americas: Major trends in the Twenty First Century”, en *América Latina no labirinto global*, editado por Renata de Melo Rosa y Carlos Domínguez, v. 2, Editora CRV, Curitiba, pgs. 189-206.

BERTONHA, J. F. (2010) Brazil: an emerging military power. The problem of the use of force in Brazilian international relations in the 21 century in *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, n. 2, p. 107-124.

LE BILLON, Philippe. (2001) The political ecology of war: natural resources and armed conflicts. In: Political Geography. N. 20, ps. 561–584.

BITENCOURT, Luís, (2002) “The Importance of the Amazon Basin in Brazil’s Evolving Security Agenda”, in TULCHIN, J. & AL. (Ed.) Environment and security in the Amazon Basin, WWICS, Washington, pgs. 53-74.

EDSON Benedito da Silva Filho, Rodrigo Fracalossi de Moraes : org. (2012) Defesa nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar.– Rio de Janeiro : Ipea, 2012.

FONSECA & NABUCO DE CASTRO. (1997) Temas de política externa brasileira II. Paz e Terra: São Paulo.

KIRCHNER, Emil y, SPERLING, James (ed.), (2010) National Security Cultures: Patterns of Global Governance, Routledge: Londres.

KUHLMANN & Dandeker (1992) Armed Forces After the Cold War published by the Germany Armed Forces Institute for Social research.: Munich.

LINDLEY-FRENCH, Julian; Boyer, Yves. (2012). The Oxford Handbook of War. Oxford: Oxford University Press.

MARQUES, Adriana Aparecida. (2007) Amazônia: pensamento e presença militar. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-30112007-153256/>>. Acesso em: 2014-11-30. 2007.

MATTIS, James & Hoffman, Frank (2005):“Future Warfare: and Rise of Hybrid Wars”in Proceedings Magazine, Vol. 132/ II/I, 233.

NOBRE, Fábio. (2013) O processo de securitização no subcomplexo amazônico de segurança – explicando as reações do Brasil frente à militarização da Colômbia. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2013 – Recife. 2013

MILDNER, Stormy-Annika et all. (2011) Scarcity and Abundance Revisited: A Literature Re-view on Natural Resources and Conflict. in International Journal of Conflict and Violence. IJCV:Vol.5(1), pgs.155 – 172.

PAGLIARI, Graciela, (2009) O Brasil e a Ssegurança na América do Sul, Juruá, Curitiba.

POPE ATKINS, G. (1995) Latin America in the International Political System. Westview Press:Boulder.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos.(2006) Amazônia: Região-Pivot da Integração Sul-Americana. Análise de Conjuntura OPSA (nº 7, julho) IUPERJ. Rio de Janeiro.

TEIXEIRA JÚNIOR, A., NOBRE, F.. (2012) Mudanças no significado estratégico da Amazônia nas políticas e na Estratégia Nacional de Defesa in Revista de Geopolítica, América do Norte, 3, jun. 2012. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/ojs/ojs-2.2.3/index.php/rg/article/view/90/60>. Acesso em: 30 Jul. 2012.

WALTZ, Kenneth N. (2004) O Homem, o Estado e a Guerra. Martins Fontes: São Paulo.